

CENTRO DE ESTATÍSTICAS, ESTUDOS E PESQUISAS  
COOPRUA - Coordenadoria de Políticas Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais

# PLANO DE ATIVIDADES



## NOVA COOPRUA 2022



FUNDAÇÃO  
CEPERJ

# IDENTIFICAÇÃO

A Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de servidores públicos - CEPERJ por ocasião de sua criação assumiu as atividades de suma importância no âmbito do Estado.

A Coordenadoria de Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (COOPRUA) possui como atribuições:

- realizar pesquisas primárias e secundárias, assim como elaborar, acompanhar e desenvolver planos, programas e projetos afins no âmbito do estado do Rio de Janeiro e seus municípios, mediante a sua realidade social, demográfica, geográfica, ambiental e físico-temporal;
- apoiar, elaborar, acompanhar e coordenar planos, programas, projetos e ações relativos à melhoria e aperfeiçoamento da gestão municipal e ao desenvolvimento regional e local, assim como promover a produção, sistematização e disseminação das informações pertinentes.

No âmbito de pesquisas relacionadas à área ambiental, a COOPRUA realiza trabalhos em parceria com diversas instituições do estado do Rio de Janeiro, oferecendo suporte técnico para a realização de pesquisas com o objetivo de analisar os impactos das políticas públicas ambientais. Estas pesquisas ocorrem através do levantamento, construção, avaliação e monitoramento de indicadores ambientais, que refletem não apenas como o projeto está se inserindo no território, como permite uma normatização dos dados e seu correto monitoramento, identificando os pontos fortes e aqueles que precisam de ajustes.

Esta coordenadoria contribui com o planejamento estratégico do ERJ, conta com um banco de dados com diversos dados relacionados ao meio ambiente, subdividido em saneamento, conservação e resíduos sólidos urbanos. Seu banco de dados tem mais de 10 anos de dados.

Ainda, a coordenadoria trabalha com a política do ICMS Ecológico para o estado, desde 2007, calculando e publicando o seu resultado que é usado para compor o repasse financeiro para os municípios. Com essa experiência acumulada, a coordenadoria fica sendo ponto focal para criação de novas políticas e indicadores relacionados ao meio ambiente.

Participamos de debates e grupos de trabalhos, estratégicos, como:

- Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, Câmara Setorial de Desenvolvimento Sustentável;
- Fórum Permanente de Desenvolvimento Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, Câmara Setorial de Desenvolvimento Energia;
- Grupo de trabalho GTI Rio+30;
- Comissão Estadual para Acompanhamento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável - ODS;
- Grupo de trabalho para revisão, padronização, monitoramento e avaliação anual dos indicadores ambientais.
- Em relação a projetos, trabalhamos no intuito de desenvolver temas estratégicos para um controle efetivo da gestão e fiscalização do estado, desenvolvendo projetos no sentido P&D (Pesquisa e Desenvolvimento), auxiliando as questões estratégicas e podendo ser incorporados como políticas públicas.

## PROJETOS REALIZADOS

### ALTERNATIVAS TECNOLÓGICAS E POLÍTICAS PÚBLICAS NA PREVENÇÃO E CONTROLE DE ENCHENTES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - FASE 1

O produto entregue a partir desse projeto foi a publicação de um livro que contém:

- Teor técnico e introdutório onde os tomadores de decisão possam se equalizar com a temática;
- Introduzir as características conceituais;
- Explicar como funciona o monitoramento e a ação de reações aos desastres;
- Demonstrar as políticas públicas que balizam e seus fundamentos legais;
- Demonstrar o impacto das ocorrências;
- Explanar as possíveis tecnologias voltadas para a temática;
- Criar um painel com todas as estações de monitoramentos.

### ESTRATÉGIAS PARA MITIGAÇÃO E TECNOLOGIA PARA MONITORAMENTO DOS ATROPELAMENTOS DE FAUNA EM ESTRADAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O projeto tem o objetivo de ampliar o monitoramento dos acidentes de atropelamento de fauna do estado do Rio de Janeiro e desenvolver estratégias para redução desses incidentes. Dentre os pontos desenvolvidos, elencam-se:

- Levantamento dos sistemas de informação existentes, para coleta e análise de dados de atropelamento de fauna em rodovias;
- Análise crítica dos aspectos positivos e negativos destes sistemas;
- Desenho do modelo conceitual de dados para sistemas de monitoramento de atropelamento de fauna;
- Definição da infraestrutura computacional;
- Geração de Banco de Dados Espacial;
- Identificação de áreas mais propensas ao atropelamento de fauna;
- Definição das principais carências de dados, estrutura e treinamentos dentro do estado;
- Levantamento dos centros de triagem e reabilitação de animais do estado.

### ANÁLISE E MONITORAMENTO DE QUEIMADAS E INCÊNDIOS FLORESTAIS NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

O intuito do projeto é fortalecer o Programa Estadual Operação Fumaça Zero, coordenado pelo Instituto Estadual do Ambiente - INEA, assim como munir o referido Programa com informações sistematizadas de cunho espacial e temporal relativas ao impacto do fogo nos Municípios das Regiões Serrana e Centro Sul do estado do Rio de Janeiro.

- Produzir boletins trimestrais com análises espaciais e georreferenciadas a partir de dados de campo e imagens de satélites;

- Elaborar mapa de risco para auxiliar no gerenciamento das políticas públicas estatais a respeito das queimadas e incêndios florestais;
- Auxiliar o INEA na elaboração de uma cartilha educativa como proposta pedagógica sobre a prevenção e combate de queimadas e incêndios florestais para proprietários e produtores rurais;

Desenvolvimento de uma ferramenta tecnológica de monitoramento das queimadas e incêndios florestais;

- Construir um relatório final com informações consolidadas e estudos sugerindo ferramentas tecnológicas para o aprimoramento do monitoramento do estado no quesito queimadas;
- Produzir um banco de dados com 10 anos de histórico sobre queimadas e incêndios florestais no ERJ;
- Dar publicidade às ações pertinentes à Operação Fumaça Zero;
- Oferecer cursos diversos para a academia de guarda parques.

Para tal, a COOPRUA conta com profissionais habilitados a elaborar estudos sob demanda, que subsidiem o monitoramento dos projetos ambientais de diferentes temáticas, com base nos indicadores que apresentem a realidade dos impactos (positivos e negativos) e auxiliem no monitoramento das políticas ambientais estaduais nos municípios e estado.

Tendo em vista a importância estratégica e o volume de projetos, tais como Queimadas, Enchentes, Relatório dos aspectos da qualidade de vida, ICMS Ecológico e Políticas Verdes, importa esclarecer que para alcançar tais objetivos e aprimoramento técnico contínuo, é de extrema importância a continuação das atividades para o ano de 2022.

## JUSTIFICATIVA

A adoção de princípios e práticas de sustentabilidade por parte dos órgãos governamentais tem se destacado cada vez mais como diferencial para uma gestão moderna. Com essa responsabilidade, a Fundação CEPERJ vem melhorando os seus controles e políticas internas.

Na excelência do aprimoramento do trabalho buscamos incorporar os princípios da responsabilidade socioambiental nas atividades da administração pública, por meio do estímulo às ações que favoreçam a construção de uma nova cultura institucional.

Visando o ano de 2022, a equipe continuará o trabalho feito em 2021, como o Relatório Nova COOPRUA SEI-150161/001422/2021 26950244, almejando novos estudos e um aumento em nosso banco de dados e consolidando projetos em programas para o Estado.

Os temas abordados são:

- ODS;
- Políticas Verdes;
- Monitoramento, controle de atividades e projetos;

A importância do trabalho tange novos horizontes em relação a qualidade dos dados do ERJ, nossa missão será reunir dados espalhados em diversas bases, para proporcionar mais informações.

Com novos projetos, podemos aumentar a qualidade ambiental, de forma preventiva e qualitativa, em diversos temas críticos.

## OBJETIVOS E RESULTADOS ESPERADOS

Os objetivos gerais da continuação do projeto são aperfeiçoar as entregas e desenvolver novas linhas de pesquisas, dar suporte aos monitoramentos, desenvolver/construir políticas para o estado e auxiliar nas questões de pesquisa e desenvolvimento do trabalho.

Os temas de estudo dessa Coordenadoria de 2022 são:

- ICMS Ecológico;
- Políticas verdes;
- Desenvolvimento de Análise e monitoramento por imagens de satélite das áreas queimada; Rio de Janeiro é o Bicho;
- ODS (Objetivos de Desenvolvimento Sustentável);
- InundAÇÃO;
- Mobilidade urbana;
- INPUC (Instituto Niemeyer de Políticas Urbanas, Científicas e Culturais);
- IDE (Infraestrutura de Dados Espaciais);
- LAB.RJ.

## BREVE INTRODUÇÃO DOS NOVOS TEMAS

### ODS

Em 2015, a ONU propôs aos seus países membros uma nova agenda de desenvolvimento sustentável para os próximos 15 anos, a Agenda 2030, composta pelos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Esse é um esforço conjunto, de países, empresas, instituições e sociedade civil. Os ODS buscam assegurar os direitos humanos, acabar com a pobreza, lutar contra a desigualdade e a injustiça, alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento de mulheres e meninas, agir contra as mudanças climáticas, bem como enfrentar outros dos maiores desafios de nossos tempos. O setor privado tem um papel essencial nesse processo como grande detentor do poder econômico, propulsor de inovações e tecnologias, influenciador e engajador dos mais diversos públicos - governos, fornecedores, colaboradores e consumidores.

Os ODS representam um plano de ação global para eliminar a pobreza extrema e a fome, oferecer educação de qualidade ao longo da vida para todos, proteger o planeta e promover sociedades pacíficas e inclusivas até 2030.

Estão baseados nos compromissos para as crianças e os adolescentes nas áreas de pobreza, nutrição, saúde, educação, água e saneamento e igualdade de gênero, contido nos precursores dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Não pode haver desenvolvimento sustentável, prosperidade ou paz sem equidade - oportunidades justas para cada criança e cada adolescente. Se as crianças e os adolescentes mais desfavorecidos não compartilham desse progresso, ele não será sustentável.

A nova agenda tem o potencial de definir o desenvolvimento global em um caminho mais equitativo. Ela dá a oportunidade de se oferecer a todas as crianças e todos os adolescentes às ferramentas, as habilidades e os serviços de que necessitam para sobreviver, prosperar e percorrer a maior parte de sua vida.

Os progressos para alcançar as metas serão avaliados levando-se em consideração se as intervenções estão

reduzindo a desigualdade e chegando às crianças, aos adolescentes e às comunidades mais vulneráveis. Dados consistentes e desagregados desempenham um papel crucial na identificação e no alcance das meninas e dos meninos que estão às margens da sociedade.

Figura 1: os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da ONU



Fonte: ONU

Para o estado do Rio de Janeiro, os ODS trazem a oportunidade da criação do maior acompanhamento territorial em todos os sentidos. Com informações balizadas para todos os municípios, essas informações são de extrema importância para criação de novas políticas, adequação das que já existem e principalmente, a criação de um plano para que se alcance os objetivos.

A Fundação CEPERJ é dotada das prerrogativas de atuar no monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) adotados pelas Nações Unidas, atuando em cooperação com os demais órgãos integrantes da Administração Pública, em ações cujo objetivo esteja alinhado, dentre outros, às metas de sustentabilidade econômica, ambiental e social estipuladas pela ONU, bem como firmar, fomentar, desenvolver parcerias, convênios e intercâmbios ou outros termos congêneres com instituições nacionais e internacionais

O tema está instituindo pelo processo SEI-070026/000611/2021, onde CONSIDERANDO:

- a importância de estratégias de desenvolvimento e governança pautadas na sustentabilidade para solucionar os desafios socioambientais e econômicos do estado do Rio de Janeiro, de modo a garantir manutenção e qualidade de todas as formas de vida no planeta, bem como relações equilibradas entre elas e os recursos naturais;
- que as ações em prol dos 17 (dezesete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS da Agenda 2030 da ONU são hoje o caminho para se alcançar a erradicação da pobreza, o crescimento econômico inclusivo e o equilíbrio ambiental, com ganhos significativos para o processo de desenvolvimento, usando tempo e recursos de forma mais eficaz;
- que o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Pacto Global da ONU, assumindo a responsabilidade, entre outras, de contribuir para o alcance dos ODS;
- a importância de ter informações concretas e sistematizadas quanto aos avanços do Estado em prol dos ODS, permitindo a divulgação de dados e boas práticas;
- a imperiosa necessidade de o Estado estimular o avanço da implementação da Agenda 2030; e

- o Decreto nº 47.650/2021, que cria o projeto “Governo Presente” e estabelece em seu Art. 4º a necessidade de elaboração da Política Estadual de Promoção da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável.

Imputa à Fundação Ceperj por meio do Art. 5º, o órgão de assessoramento permanente da Comissão.

CONSIDERANDO SEI-070026/001587/2021

Reconhecendo a expertise da Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro na elaboração de observatórios diversos e do conhecimento sobre a Agenda 2030 por parte de seu corpo técnico, a Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS) gostaria de verificar o interesse do CEPERJ para realizar, juntamente com a SEAS, o desenvolvimento de sistema e plataforma WEB (site) para o Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Estado do Rio de Janeiro.

A previsão de financiamento se dará a partir de recursos do Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), conforme aprovado na Deliberação Executiva nº 333 de 05 de março de 2021. Os possíveis repasses financeiros à CEPERJ serão por Descentralização de Execução de Créditos Orçamentários.

Na hipótese de interesse de parceria, solicito que seja encaminhado aos cuidados desta Subsecretaria minuta de proposta, incluindo orçamento e Plano de Trabalho, visando dar continuidade aos trâmites necessários para sua formalização.

CONSIDERANDO o plano de trabalho 24616913;

CONSIDERANDO a minuta resolução conjunta SEAS/CEPERJ 25000771 com os demonstrativos apontados.

## MOBILIDADE URBANA

Conciliar a mitigação dos impactos ambientais ao desenvolvimento econômico e regional se torna um dos principais desafios do nosso século, não só para o estado, mas para todo o mundo. Diante disso é de suma importância que todos os dados sejam analisados de forma multivariada e intersetorial.

Uma das primeiras frentes de análise urbana a ser incluída na coordenação foca na visão de mobilidade urbana, sob o aspecto social, econômico e ambiental.

A mobilidade urbana, segundo dados do Inventário Nacional de Gases de Efeito Estufa é um dos principais geradores de gases nocivos tanto a saúde humana quanto ao meio ambiente.

A identificação de novas formas ou do aprimoramento do método de locomoção existente permite a administração pública uma visão mais assertiva das ações que devem ser implementadas.

## INPUC

Um trabalho de cooperação técnica e intelectual, com intercâmbio de acervo cultural, ambiental e urbanístico entre o Instituto Niemeyer de Políticas Urbanas, Científicas e Culturais - INPUC e a Fundação CEPERJ:

A parceria constitui um intercâmbio intelectual de projetos entre a Escola Niemeyer de Artes e Humanidades e a Escola de Governo de Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro e o Laboratório de Inovação e Experimentação - LAB.RJ;

Como finalidade, parte da Fundação CEPERJ a pesquisa, a produção de informações, a prestação de serviços de interesse público; bem como o fomento à produção científica e cultural, ao desenvolvimento sustentável urbano, e o aumento da eficácia e da qualidade dos serviços prestados pelo Estado de forma contínua.

Compete à Fundação CEPERJ atuar como órgão de apoio técnico da Administração Pública Estadual e Municipal, promovendo e incentivando pesquisas, estudos técnicos e científicos, voltados para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e gestão governamental; além de cooperar com as entidades públicas ou privadas que tenham interesse no desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, além de atuar

como observatório de políticas públicas, produzindo anualmente indicadores de controle e direcionamento aos programas e projetos em curso no âmbito da administração Pública Estadual, incluindo os decorrentes de obrigações internacionalmente pactuadas; atuando em cooperação e mantendo cadastro, mediante chamamento público, de Organizações Sociais e de Sociedade Civil, para atuação em projetos de interesse público.

Ao Estado, cabe o dever de implementação de políticas urbanas, a fim de que sejam instituídas diretrizes para o desenvolvimento urbano, incluindo questões atinentes à habitação, saneamento básico e transportes, tais como acessibilidade universal, desenvolvimento sustentável das cidades, equidade no acesso dos cidadãos aos diversos tipos de transportes públicos coletivos, assim como eficiência na prestação desse serviço e na circulação urbana, segurança nos deslocamentos, mitigação das desigualdades e promoção de inclusão social, com o fito de garantir o pleno desenvolvimento das funções sociais, além da zelar pela vida, saúde e bem-estar da população.

Ao Estado ainda cabe o dever de incentivo à inovação, pesquisa e produções científicas, com vistas à capacitação da população, à ampliação do alcance da autonomia tecnológica, à promoção das atividades científicas como estratégia para o desenvolvimento econômico e social, à promoção e continuidade dos processos de desenvolvimento científico, tecnológico e de inovação, sendo assegurados os recursos humanos, econômicos e financeiros necessários, à redução das desigualdades regionais; à descentralização das atividades de ciência tecnologia e inovação e desconcentração dentro do âmbito estadual; à promoção da cooperação e interação entre os setores público e privado, ao estímulo à atividade de inovação no setor privado, inclusive para a atração, constituição e instalação de centros de pesquisa, desenvolvimento e inovação de parques e polos tecnológicos, simplificação de procedimentos para gestão de projetos de ciência tecnologia e inovação; utilização do poder de compra do Estado para fomento à pesquisa e inovação, simplificação e ampliação da acessibilidade a alunos, professores e pesquisadores aos programas de fomento ao conhecimento científico, de forma a contribuir com a melhoria na qualidade do ensino, através de uma constante atualização, inclusive como forma de maximizar a inclusão social.

O dever do Estado de instituir políticas culturais, de modo a garantir a todos o pleno exercício dos direitos culturais, coibindo qualquer forma de discriminação ou segregação, incentivando o amplo acesso às diversas fontes de cultura nacional, valorizando a difusão de manifestações culturais populares e a diversidade étnica regional, indígena, afro-brasileira e de quaisquer outros grupos participantes do processo civilizatório nacional, atuando na defesa do patrimônio histórico e artístico material e imaterial, na produção e divulgação de bens culturais, além de democratizar o acesso aos mesmos, com o objetivo de assegurar a liberdade de expressão e criação, os direitos humanos, o direito à informação e à crítica cultural, a valorização da cultura como vetor do desenvolvimento sustentável, difundindo arte, cultura, saberes e expressões no ambiente educacional, estimulando o pensamento crítico e reflexivo em torno dos valores simbólicos, profissionalizando e especializando os agentes e gestores incumbidos de difundir os valores culturais, como forma de descentralizar a implementação das políticas públicas atinentes à cultura, afim de facultar a participação dos agentes privados e da sociedade na formulação e execução das mesmas.

Para se ter uma gestão pública eficiente e para que a funcionalidade da máquina estatal esteja acompanhando o processo de evolução tecnológica, urbanística e ambiental, se faz necessário a adoção de cooperação técnica com instituições de notório saber e reconhecida especialização técnica cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto deste administrativo, à saber, transformar a Fundação CEPERJ, seu edifício sede e acervo num marco tecnológico, cultural, urbanístico pois somente assim a Fundação CEPERJ poderá atender às novas demandas tecnológicas e de inovação para o Estado e a sociedade Fluminense.

A necessidade de ter um ambiente físico adequado que reflita as atividades desenvolvidas pela Fundação CEPERJ e sua importância histórica para o Estado do Rio de Janeiro.

## IDE

Consiste no desenvolvimento e implantação da Infraestrutura de Dados Espaciais do Estado do Rio de Janeiro (IDE-RJ), governança de dados e atualização da base cartográfica do Estado do Rio de Janeiro.

Historicamente constatou-se que os dados cartográficos do Rio de Janeiro estão dispersos em diferentes

instituições e pouco acessíveis tanto para o público interno das instituições (técnicos e gestores públicos) quanto para a sociedade de modo geral. Tal fato possibilita diferentes interpretações a respeito de uma mesma área, gerando decisões distintas ou mesmo contraditórias na atuação dos diversos órgãos do Estado. Além de dificultar o acesso do público geral aos dados.

A organização e disponibilização destes dados em local único, oficial e acessível garante o melhor ordenamento do armazenamento, do tratamento, da atualização e da disseminação dos mesmos, contribuindo para maior disponibilidade, agilidade, transparência e segurança na atuação de todos os atores interessados. A informação geoespacial (IG) é, na maioria dos casos, produzida, mantida e adquirida por organizações públicas em todas as esferas de governo.

O processo de produção é caro e demorado e ainda é difícil para os usuários saberem o que há disponível e onde podem ser encontradas tais informações. Cada órgão das diversas esferas de governo produzia seus dados conforme suas necessidades sem seguir a um padrão.

A falta de padronização na produção e a inexistência de acordos de compartilhamento da IG entre os órgãos produtores, mantenedores e usuários tornava difícil o intercâmbio e a interoperabilidade de tais informações.

A Fundação CEPERJ já vem atuando como representante oficial do Estado do Rio de Janeiro perante a CONCAR e a implantação da IDE-RJ será criada em conformidade com os padrões da INDE e tem como pressupostos básicos a interoperabilidade e o compartilhamento das bases de dados entre as instituições parceiras envolvidas, assim como sua ampla divulgação, sendo assim o “nó” entre as instituições municipais e órgãos do Estado do Rio de Janeiro com a Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais (INDE).

Espera-se com este projeto o atingimento de uma revolução tecnológica, por meio das boas práticas ESRI para projetos de TI, governança de dados e padrões específicos da Infraestrutura Nacional de Dados Espaciais - INDE. Destaca-se, ainda, que o alto nível de padronização e transparência institucional a ser adquirido na CEPERJ, após projeto finalizado, além de atender legislações pertinentes e instrumentos regulatórios do Estado do Rio de Janeiro, e ARCGISPROO CEPERJ possa expandir sua visibilidade e grau de confiança de dados a nível nacional, ampliando seu status de instituição de referência.

## LAB.RJ

O Estado do Rio de Janeiro é caracterizado e reconhecido mundialmente por seu povo, diversidade e belezas naturais.

No entanto, historicamente, nossas cidades, regiões e locais estratégicos enfrentam problemas crônicos como áreas degradadas, abandonadas, poluídas ou destruídas, com sua infraestrutura desativada ou afetadas por desastres naturais e outros fatores diversos, em especial a falta de sinergia e memória das ações, projetos e programas do poder público.

A falta dessa sinergia faz com que grandes oportunidades se percam pelo caminho, que projetos de extrema relevância não sejam concluídos, ou até mesmo implementados sem a devida e necessária atualização do momento desta execução, gerando frequentemente impactos negativos à população.

Não há como se falar em saúde e qualidade de vida, sem pensar na proteção do meio ambiente e nossos recursos naturais. Não há como se falar em desenvolvimento econômico, dissociado de modernização dos processos e da máquina pública. Não há como melhorar sem inovar, dinamizar e experimentar.

A dinamização econômica induz investimentos em infraestrutura urbana, necessária para o adequado funcionamento das atividades comerciais e industriais emergentes. Esses aspectos, adicionados ao surgimento de futuras administrações municipais mais comprometidas com a recuperação socioeconômica e ambiental desses municípios, serão fatores determinantes para a mobilização coletiva no sentido de se promover programas integrados de desenvolvimento e criação de infraestruturas básicas a esse desenvolvimento/parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.

A questão dos extremos climáticos aparece diariamente na mídia, seja por acontecimentos no Brasil ou por notícias de todas as partes do mundo. Secas e enchentes alteram o cotidiano das pessoas, impactam a economia

dos países, produzem vítimas fatais e danos à infraestrutura. Um olhar para o passado mostra que extremos climáticos fazem parte da história da humanidade, desde os seus primórdios, decidindo destinos de populações e sua migração pelos continentes, no entanto, a vulnerabilidade atual não tem precedente. Com uma população crescente, uma urbanização cada vez mais acentuada que ocupa até áreas de risco, os extremos provocam impactos nunca antes observados.

A falta de dados sobre os temas, junto com o baixo interesse da gestão, hora por desconhecimento, hora por má gestão, faz com que os problemas se agravem, ano a ano.

Conhecer o território a fundo, estudar políticas, criar procedimentos para mensurar a realidade, criar indicadores isonômicos, acompanhar e desenvolver planos se faz altamente necessário para que o estado do Rio de Janeiro consiga avançar na qualidade de gestão.

Atualmente, a gestão territorial sobre os temas ambientais não é eficiente, os projetos levantados e executados não perpetuam em políticas ou em programas, o que contraria os “Objetivos Globais”.

Por definição “Objetivos Globais” são “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável” (ODSs), adotados pelas Nações Unidas em 2015, como uma chamada global à ação para erradicar a pobreza e proteger o planeta, principalmente os recursos naturais, e assegurar que em 2030 a população global desfrute de paz e prosperidade. Tais objetivos são integrados, ou seja, eles reconhecem que a ação em uma área afetará os resultados em outras e que o desenvolvimento deve equilibrar a sustentabilidade social, econômica e ambiental. A criatividade, o know-how, a tecnologia e os recursos financeiros de toda a sociedade são necessários para alcançar os ODS em todos os contextos.

Somando-se a isso, recentemente a LC 182/21 instituiu o “Marco Legal das Startups e do Empreendedorismo Inovador”, registrando que, entre os objetivos, está **“a modernização do ambiente de negócios brasileiro e o incentivo ao empreendedorismo inovador como meio de promoção da produtividade e da competitividade da economia brasileira e de geração de postos de trabalho qualificados.”**

A criação de um Projeto P&D, no modelo organizacional orgânico, permite que o laboratório atue na geração de ideias inovadoras, desenvolvem protótipos e avançam na sua implementação, baseando-se em metodologias ágeis e na cocriação.

Os laboratórios P&D fazem parte da estratégia de inovação das organizações e sua criação vem se somar à busca por melhorias na gestão, nos serviços públicos ou nas políticas públicas.

Os laboratórios de inovação são estruturas que fazem parte da administração pública, em geral possuem uma equipe e estrutura próprias e estão voltados para fomentar a criatividade e a experimentação com o intuito de desenvolver inovações para melhorar os serviços públicos e lidar com problemas complexos (HEAD, 2008; TONURIST; KATTEL; LEMBER, 2017, p. 2).

A partir do início da década de 1980 o termo inovação ganhou popularidade e se tornou uma palavra da moda na discussão sobre o setor público e contra o qual se tornou difícil argumentar contra (OSBORNE; BROWN, 2011).

Na década de 1990, a inovação foi associada às práticas da Nova Gestão Pública (Borins, 2000, 2001; Hansen, 2011) e, em tempos mais recentes, foi associado com o avanço da tecnologia da informação e comunicação (TIC) e governo digital (BEKKERS; HOMBURG, 2005).

E, nos dias atuais, o tema inovação ainda continua no topo da agenda do setor público (TORFING; TRIANTAFILOU, 2016). A busca pela inovação no setor público envolveu inicialmente a compreensão do próprio fenômeno em si.

### **O que é inovar?**

- *Definições de inovação Autores Definição Rogers (2003, p. 12)*

1 *uma ideia, prática ou objeto percebido como novo por um indivíduo ou unidade de adoção.*

- 2 *Mulgan e Albury (2003, p. 3) Inovação bem-sucedida é a criação e implementação de novos processos, produtos, serviços e métodos de entrega que resultam em melhorias significativas na eficiência, eficácia ou qualidade dos resultados*
- 3 *Osborne e Brown (2005, p. 6) Inovação é a introdução de novos elementos em um serviço público - na forma de novos conhecimentos, uma nova organização e / ou novas habilidades gerenciais ou processuais. Representa descontinuidade com o passado.*
- 4 *Farah (2008, p. 113) “resposta a um desafio ou problema, que pode ser útil a outros, como parte de um repertório de alternativas a serem consideradas por aqueles que enfrentam problemas similares”. Walker (2006, p. 313) “um processo por meio do qual novas ideias, objetos e práticas são criados, desenvolvidos ou reinventados e que são novos e inéditos para a unidade de adoção.”*
- 5 *De Vries, Bekkers e Tummers (2014, p. 5) “a introdução de novos elementos em um serviço público - na forma de novos conhecimentos, uma nova organização e / ou novas habilidades gerenciais ou processuais, o que representa a descontinuidade com o passado”.*
- 6 *OECD (2018, p. 20) “Uma inovação é um produto ou processo (ou sua combinação) novo ou melhorado que se difere significativamente dos produtos ou processos prévios da unidade e que foi disponibilizado para usuários em potencial (produto) ou usado pela unidade (processo).”*

### Quais os tipos de Inovação?

#### - Tipos de inovação N Tipo de Inovação Descrição

- 1 *Processos administrativos; Introdução de novas ferramentas de gestão, formatos organizacionais, formas de trabalho, práticas gerenciais.*
- 2 *Processos tecnológicos; Adoção de novas tecnologias na prestação de serviços.*
- 3 *Serviços; Criação de novos serviços públicos ou novas formas de acesso e entrega.*
- 4 *Conceitual; Desenvolvimento de novas visões de mundo e que questionam concepções prévias, levando a mudanças de paradigmas e, portanto, nas possíveis soluções.*
- 5 *Governança Introdução de novas formas de relacionamento entre atores e/ ou organizações no processo de tomada de decisão. Pode ser interno à organização ou externo, na relação com outros órgãos públicos, cidadãos, ONGs e setor privado.*
- 6 *Políticas públicas; Mudanças nas políticas públicas, podendo ser resultante também de inovações conceituais.*

Laboratórios de inovação no setor público são ambientes colaborativos que buscam fomentar a criatividade, a experimentação e a inovação, por meio da adoção de metodologias ativas e da cocriação, na resolução de problemas.

E nesse contexto a Fundação CEPERJ tem, não apenas por excelência, mas como competência institucional:

- promover a articulação com órgãos e entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiras, objetivando a realização de projetos de cooperação técnica e de consultoria;
- coletar, organizar e tratar dados estatísticos, geográficos e cartográficos de interesse público, bem como registros administrativos procedentes de órgãos setoriais públicos e privados;
- estabelecer metodologias para emitir e manter atualizadas as informações demográficas, sociais, ambientais e do Produto Interno Bruto do Estado, bem como elaborar e difundir a utilização de normas de construção de bases de dados estatísticos e geográficos, cartográficos e ambientais do Estado;

- articular e dar apoio à produção de dados setoriais e registros administrativos nos órgãos públicos e privados produtores de informações e dados sobre o estado do Rio de Janeiro, bem como elaborar indicadores setoriais para apoiar o planejamento e a tomada de decisões nos setores público e privado, em especial, na administração estadual;
- atuar como órgão de apoio técnico da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG, promovendo e incentivando pesquisas, estudos técnicos e científicos, voltados para a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de políticas públicas e gestão governamental.

Portanto, não restam dúvidas que a Fundação CEPERJ é o órgão da administração pública estadual capaz de enxergar de forma ampla o funcionamento de um projeto ou uma organização, ver a ‘imagem completa’ e não apenas uma determinada área ou um único aspecto. E o objetivo do “LAB” é consolidar na Fundação não apenas o histórico de projetos do Estado e cidades fluminenses, mas também apresentar soluções de como tais projetos de governo poderiam ser melhorados, experimentados e implantados mudando em definitivo o conceito de “círculo vicioso” para “círculo virtuoso” de como gerir projetos no Estado.

O LAB fica instituído no ano de 2021 pela Fundação CEPERJ, no intuito de aproximar o mundo acadêmico, com os tomadores de decisão. Como a fundação já trabalha com diversos temas e projetos, tem expertise com repositórios de dados e é o órgão de estatística do estado, fica incumbido das ações de desenvolvimento de P&D no estado.

Esse trabalho irá auxiliar a COOPRUA nas novas linhas de pesquisas/projetos, que irão auxiliar a construção de políticas públicas ambientais, nos eixos de biodiversidade e área protegidas, gestão das águas, prevenção, controle e recuperação de áreas.

Trazendo ações inovadoras para o estado, dando oportunidades para startups, desenvolvendo tecnologias brasileiras.

# MAPA DE CONVERGÊNCIA

A necessidade da concepção do LAB.RJ, foi fomentada através de levantamentos em diversas áreas de atuação desta fundação. O projeto Nova COOPRUA auxiliou a necessidade da criação do LAB, demonstrando os resultados levantados pelos projetos e a necessidade da experimentação, juntando os órgãos com os pesquisadores.

Os ODS foram demandados externamente onde o contexto de expertise, repositório de banco de dados, análise estatísticas e os temas estratégicos do ICMS Ecológico, trouxeram um ambiente propício para esta Fundação participar com o Nova COOPRUA. Os temas desta coordenadoria foram ampliados, com projetos e novas pesquisas para criação de indicadores.

O tema INPUC, IDE, são construções de marcos para a fundação, onde os temas Urbano e Regional serão desenvolvidos em parceria. Com as possibilidades levantadas no ano de 2021 e o entendimento da área de atuação da coordenadoria, verificou-se a necessidade de desenvolvimento na área urbana e é ai que o INPUC e seu conhecimento técnico entram. Já o IDE traz a oportunidade para a construção de linhas de pesquisas na área ambiental, com dados e levantamentos de diversos pontos do estado, pelo monitoramento via satélite. Além do monitoramento, o trabalho converte em um grande levantamento e um repositório de informações, para novas linhas de pesquisas/projetos, que irão auxiliar a construção de políticas públicas ambientais.



## COOPRUA | 2021

Atividades	Produtos	Período de Entrega															
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
Políticas Verdes	Sustentabilidade Promovida pelo SEI						X										
	Indicador SEI						X										
	Informativo da Redução de Papel						X										
	Implementação da Coleta Seletiva Solidária	Palestras		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		Coleta		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Coleta de Lixo Eletrônico	Relatório Bimestral		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		Coletor de celular, ECOMACHINE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		Curso de capacitação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Implementação de coleta de lixo Organico	Coleta		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		Relatório Trimestral			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Implementação de Coleta de Bituca	Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
		Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
	Implementação de coleta de Óleo Vegetal	Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X		
Implementação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
A3P	Preenchimento RESSOA			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
	Certificado Lixo Zero		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
	Relatório de todas as atividades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
Atividades Anuais	Atividades mensais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X			
	Ano Fiscal 2022									X							
	Histórico no site									X							
	ICMS Ecológico	ICMS Ecológico									X						
		Índice de Participação dos Municípios (IPM)				X											
		Cálculo de Arrecadação do ICMS - Repasse				X											
		Powe B.I de cada valoração													X	X	X
		Valoração das ETES													X		
		Valoração das UCS													X		
	Valor de Áreas Queimadas	Valoração dos RSU												X			
		Novos Indicadores com base no ICMS ECOLÓGICO	X	X	X												
		Indicador econômico de áreas queimadas Teresópolis									X	X					
		Indicador econômico de áreas queimadas Petrópolis									X	X					
Painel Ambiental										X	X						
CEPERJ DADOS										X							
Variáveis atualizadas no banco de dados do CEEP										X							
Relatório do Governador	Relatório dos Aspectos da Qualidade e vida															X	
PGRS – PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Projetos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Ações ao longo do ano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Mapeamento dos Processos	Fluxograma									X							
Cursos Internos	ICMS Ecológico									X							
Ganhos de Mídia	Mídia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Nova COOPRUA	Relatório Final															X	
Monitoramento e Controle de Atividades e Projetos	Produtos	Período de Entrega															
		JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
2021	Inundação(Enchentes)	Apresentação dos dados no Power Bi														X	
		Relatório de entrega final do projeto Inundação (Final)														X	
	Atropelamento de Fauna(Bicho na Pista)	Dados														X	
		Painel Diagnóstico														X	
	Queimadas (Fumaça Zero)	Monitoramento de Fauna															X
		Plano de Trabalho	X	X													
		Relatório Mensal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Queimadas (Fumaça Zero)	Mapas do projeto															X
		Boletim Informativo bimestral		X		X		X		X							
		Relatório Técnico Teresópolis									X						
Relatório Técnico Petrópolis										X							
Cartilha										X						X	
Revista									X								



# COOPRUA | 2022

Atividades		Produtos	Período de Entrega															
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
Políticas Verdes	Sustentabilidade Promovida pelo SEI	Relatório semestral Indicador SEI							X									
	Informativo da Redução de Papel	Estudo ambiental CEPERJ papel							X									
	Implementação da Coleta Seletiva Solidária	Palestras			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Coleta			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Coleta de Lixo Eletrônico	Relatório Bimestral								X								
		Coletor de celular, ECOMACHINE		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Implementação de coleta de lixo Orgânico	Curso de capacitação								X								
		Coleta								X								
	Implementação de Coleta de Bituca	Relatório Trimestral								X								
		Implementação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Implementação de coleta de Óleo Vegetal	Implementação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Preenchimento RESSOA																
	A3P	Certificado Lixo Zero			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Relatório de todas as atividades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividades Anuais	ICMS Ecológico	Atividades mensais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
		Ano Fiscal 2022																
		Histórico no site																
		ICMS Ecológico																
		Índice de Participação dos Municípios (IPM)						X										
		Cálculo de Arrecadação do ICMS - Repasse						X										
		Powe B.I de cada valoração																
		Valoração das ETES																
		Valoração das UCS																
		Valoração dos RSU																
	Valor de Áreas Queimadas	Novos Indicadores com base no ICMS ECOLÓGICO		X	X	X												
		Indicador econômico de áreas queimadas Teresópolis																
		Indicador econômico de áreas queimadas Petrópolis																
		Painel Ambiental																
CEPERJ DADOS	Infográfico com informações ambientais no ano vigente																	
Relatório do Governador	Variáveis atualizadas no banco de dados do CEEP																	
PGRS – PLANO DE GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS	Relatório dos Aspectos da Qualidade e vida																	
Mapeamento dos Processos	Projetos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Ações ao longo do ano		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Cursos Internos	Fluxograma																	
	ICMS Ecológico																	
Ganhos de Mídia	Mídia		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	Relatórios e monitoramento																	
LAB	Ampliação, projetos de desenvolvimento de pesquisas e inovação		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
INPUC	Monitoramento e controle das atividades e projetos		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
ODS	Observatório		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Nova COOPRUA	Relatório Final																	
Monitoramento e Controle de Atividades e Projetos		Produtos	Período de Entrega															
			JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ				
2022	Inundação(Enchentes)	Apresentação dos dados no Power Bi																X
		Relatório de entrega final do projeto Inundação (Final)																X
	Rio de Janeiro é o Bicho	Dados																X
		Painel Diagnóstico																X
	Queimadas (Fumaça Zero)	Monitoramento de Fauna																X
		Plano de Trabalho		X	X													X
	Queimadas (Fumaça Zero)	Relatório Mensal		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
		Mapas do projeto																
		Boletim Informativo bimestral																
		Relatório Técnico Teresópolis																
Relatório Técnico Petrópolis																		
Cartilha																		
Revista																		

# CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO DAS ATIVIDADES

A meta de cada atividade é a entrega dos respectivos produtos, quando será considerada completada. Em função da natureza específica do trabalho a ser executado, não é viável a utilização de indicadores para a mensuração de cada uma delas.

Produtos	Período de Entrega											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Relatório semestral						X						
Indicador SEI						X						
Estudo ambiental CEPERJ papel						X						
Palestras		X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Coleta		X		X		X		X		X		
Relatório Bimestral		X		X		X		X		X		
Coletor de celular, ECOMACHINE	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Curso de capacitação		X		X		X		X		X		
Coleta		X		X		X		X		X		
Relatório Trimestral			X			X			X			
Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Implementação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Preenchimento RESSOA			X							X		
Certificado Lixo Zero		X	X	X	X	X						
Relatório de todas as atividades			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Atividades mensais			X	X	X	X	X	X	X	X	X	
Ano Fiscal 2022								X				
Histórico no site								X				
ICMS Ecológico								X				
Índice de Participação dos Municípios (IPM)				X								
Cálculo de Arrecadação do ICMS - Repasse				X						X	X	X
Powe B.I de cada valoração											X	
Valoração das ETES										X		
Valoração das UCS										X		
Valoração dos RSU										X		
Novos Indicadores com base no ICMS ECOLÓGICO	X	X	X									
Indicador econômico de áreas queimadas Teresópolis									X	X		
Indicador econômico de áreas queimadas Petrópolis									X	X		
Infográfico com informações ambientais no ano vigente												X
Variáveis atualizadas no banco de dados do CEEP									X			
Relatório dos Aspectos da Qualidade e vida												X
Projetos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Ações ao longo do ano	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Fluxograma								X				
ICMS Ecológico								X				
Mídia	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatórios e monitoramento												
Ampliação, projetos de desenvolvimento de pesquisas e inovação	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Monitoramento e controle das atividades e projetos	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Observatório	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Relatório Final												X

  

Produtos	Período de Entrega											
	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
Apresentação dos dados no Power Bi											X	
Relatório de entrega final do projeto											X	
Inundação (Final)												X
Dados											X	
Painel Diagnóstico											X	
Monitoramento de Fauna												X
Plano de Trabalho	X	X										
Relatório Mensal	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Mapas do projeto												
Boletim Informativo bimestral		X		X		X		X		X		X
Relatório Técnico Teresópolis									X			
Relatório Técnico Petrópolis										X		
Cartilha											X	
Revista									X			

O projeto segue os mesmos moldes de trabalho do ano 2021. A contratação de equipe ou atualização de salário, conforme experiência, será de acordo com as exigências operacionais do Projeto Nova COOPRUA, consoante procedimento adotado na Portaria CEPERJ nº 8.639/20 em seus artigos 1º, art.2º caput e §1º, adotando-se análise curricular a partir do Banco de Talentos, de acordo com os valores constantes no Anexo Único da Portaria CEPERJ/PRESI nº 8675 de 19 de janeiro de 2021, que trata do quadro de pessoal que poderá ser contratado pela Fundação para compor os diversos projetos que opera.

## PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

Quantidade	Descrição	Valor mensal (R\$)	Valor 12 meses (R\$)
1	Pagamento RH	R\$ 1.200.000,00	R\$ \$ 14.400.000
Total geral:		R\$ \$ 1.200.000,00	R\$ 14.400.000

## CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

1º mês (R\$)	2º mês (R\$)	3º mês (R\$)	4º mês (R\$)	5º mês (R\$)	6º mês (R\$)
1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00
7º mês (R\$)	8º mês (R\$)	9º mês (R\$)	10º mês (R\$)	11º mês (R\$)	12º mês (R\$)
1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00	1.200.000,00



**CENTRO DE  
ESTATÍSTICAS,  
ESTUDOS E  
PESQUISAS**



Secretaria da  
**Casa Civil**



**GOVERNO DO ESTADO  
RIO DE JANEIRO**

SEM TEMPO A PERDER